



TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E MULTILINGUISMO NA MUNICIPALIDADE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)

TRANSLATION, INTERPRETATION AND MULTILINGUALISM IN THE MUNICIPALITY OF SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)

Marcel Twardowsky Avila¹
John Milton²

RESUMO: Este artigo descreve a história do contato entre as línguas indígenas e o português na região do Alto Rio Negro, na Amazônia, faz um panorama das línguas indígenas faladas atualmente no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), e demonstra que, apesar do fato de a municipalidade ter oficializado três línguas indígenas de grande importância regional, — nheengatu, baniwa, e tukano — na prática essas línguas são subjugadas pelo português na vida diária da cidade, com nenhuma instância de interpretação ou uso dessas línguas nas repartições públicas ou no sistema de saúde. O artigo também examina o histórico de traduções de cunho religioso para essas línguas, e o trabalho que está sendo feito para traduzir obras literárias para o nheengatu na Universidade de São Paulo (USP).

Palavras-chave: Tradução para o nheengatu, baniwa, e tukano. Línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira (AM). Tradução da Bíblia para línguas indígenas. Nheengatu na Universidade de São Paulo (USP). Ensino de línguas indígenas.

ABSTRACT: This article describes the history of the contact between indigenous languages and Portuguese in the Alto Rio Negro region in the Amazon. It provides an overview of the indigenous languages spoken today in the municipality of São Gabriel da Cachoeira (AM), and shows that, despite the fact that the municipality has decreed three indigenous languages of great regional importance — Nheengatu, Baniwa, and Tukano — as “official” languages, in practice, these languages are subjugated to Portuguese in the daily life of the town, with no interpreting or use of these languages in public offices or in the health system. The article also examines the history of religious translations into these languages, and work being done to translate literary works into Nheengatu at the University of São Paulo (USP).

Keywords: Translation into Nheengatu, Baniwa, and Tukano. Indigenous languages in São Gabriel da Cachoeira (AM). Translation of the Bible into indigenous languages. Nheengatu at the University of São Paulo (USP). Teaching of indigenous languages.

PANORAMA ÉTNICO E LINGÜÍSTICO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA NA ATUALIDADE

São Gabriel da Cachoeira (SGC) é um município brasileiro localizado na região do Alto Rio Negro, no extremo noroeste do estado do Amazonas. Com área de 109.185,00 km², SGC é o ter-

1 Graduação em Física pela Universidade de São Paulo (2012), graduação em Letras - Português / Latim pela Universidade de São Paulo (2018) e mestrado em Estudos da Tradução pela Universidade de São Paulo (2016).

2 Graduado em Literatura Inglesa e Espanhol na Universidade de Wáles (Swansea). Mestre pela PUC, São Paulo, em Lingüística Aplicada (1986), e doutor pela Universidade de São Paulo em Literatura Inglesa (1990). Atualmente, é Professor Titular em Estudos da Tradução na FFLCH-USP.

ceiro município mais extenso do país (atrás apenas de Alta Mira-PA e Barcelos-AM) e seu limite territorial faz fronteira com dois países sul-americanos: Venezuela e Colômbia.

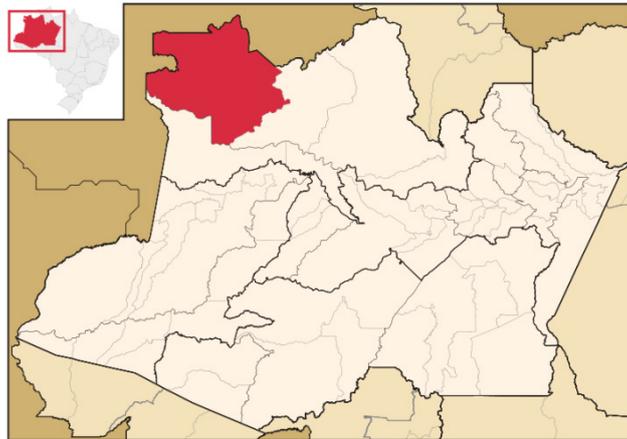


Figura 1: mapa do Estado do Amazonas com destaque para o município de São Gabriel da Cachoeira. Fonte: Marcos Elias de Oliveira Júnior³

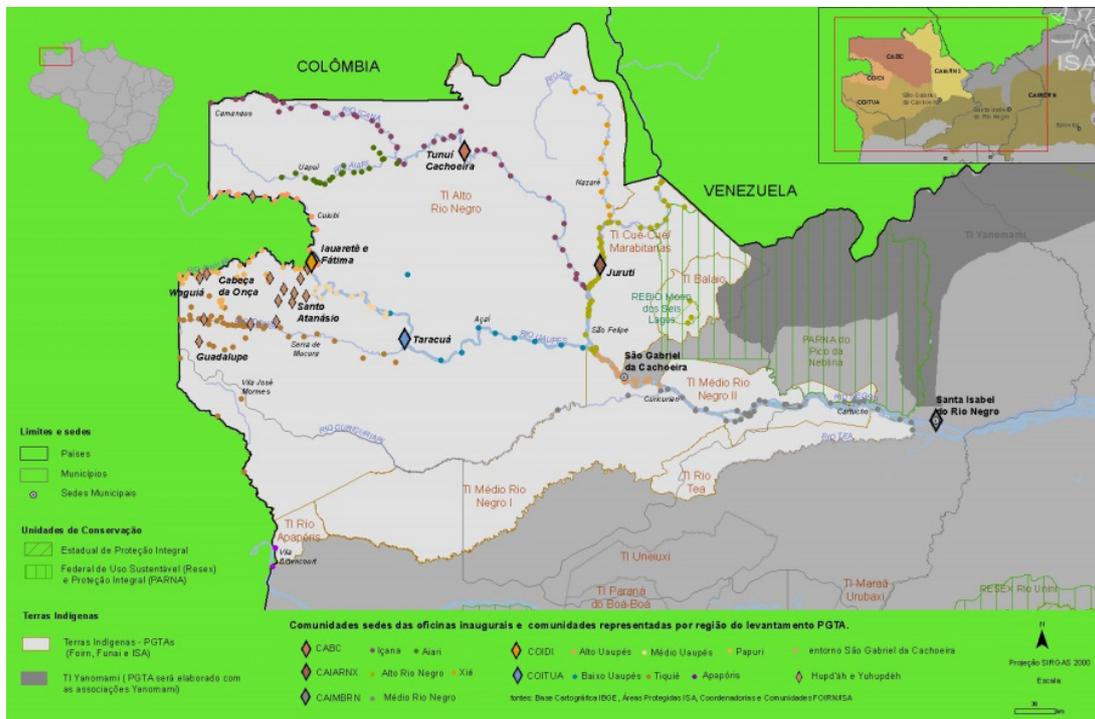


Figura 2: mapa do município de São Gabriel da Cachoeira. Fonte: Instituto Socioambiental - ISA⁴

Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, este vasto território — maior do que o de muitos países europeus, como Portugal, Hungria ou Áustria — possuía então 37896⁵ habitantes, dos quais 76,6%⁶ declaravam-se indígenas. Como podemos ver na tabela 1, abaixo, ao considerarmos apenas a área rural do município, a por-

3 Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Amazonas_Municip_SaoGabrieldaCachoeira.svg>

4 Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/comunidades-indigenas-do-rio-negro-am-em-foco>>. Acesso em 02/04/2019.

5 <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-gabriel-da-cachoeira/panorama>>. Em 2018 o IBGE estimava uma população de 44816 habitantes para o município de SGC. Acesso em 02/04/2019.

6 <https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf> (Tabela 9 - Municípios brasileiros com as maiores proporção da população indígena, por situação do domicílio - Brasil - 2010, p. 17)

centagem de população indígena é ainda mais expressiva, já que praticamente todos os residentes dessa porção do município, 95,5%, eram então indígenas:

População	Urbana	Rural	total
Geral	19054	18842	37896
Indígena	11016	18001	29017
Indígena (%)	57,8	95,5	76,6

Tabela 1: Conformação da população de São Gabriel da Cachoeira, segundo o censo de 2010 do IBGE. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁷

A região do Alto e Médio Rio Negro é uma das áreas com maior diversidade étnica e linguística da Amazônia. Em território brasileiro, encontram-se comunidades de 23 grupos étnicos, que se dividem em 4 famílias linguísticas, como vemos na tabela 2:

Tukano Oriental	Aruak	Nadahup	Yanomami
Arapaso	Baniwa	Dâw	Yanomami
Bará	Baré	Nadöb	
Barasana	Kuripako	Hupda	
Desana	Tariana	Yuhupde	
Karapanã	Werekena		
Kotiria/Wanano			
Kubeo			
Makuna			
Miriti-tapuia			
Pirá-tapuia			
Siriano			
Tukano			
Tuyuca			

Tabela 2: Etnias presentes na região do Alto e Médio Rio Negro, em território brasileiro, divididas de acordo com as respectivas famílias linguísticas. Fonte: elaboração própria.

Todas as etnias listadas na tabela 2 habitam terras pertencentes ao município de SGC ou transitam por tais terras⁸, embora os territórios ocupados por muitas dessas etnias não estejam circunscritos aos limites do referido município e nem mesmo às fronteiras brasileiras.

Quanto às línguas, além dos idiomas étnicos, há ainda um grande número de indivíduos, de grupos étnicos diversos, que falam um idioma da família tupi-guarani, o nheengatu. Trata-se de um desenvolvimento histórico da língua geral amazônica (LGA), que foi introduzida na região a partir do século 18, ou seja, antes da língua portuguesa difundir-se pelas terras da Bacia Amazônica. Atualmente, o nheengatu — ou LGA — é falado, sobretudo, por indígenas barés (rios Negro e Xié), werekenas (rios Negro e Xié) e pelos baniwas do baixo rio Içana. Para a maioria destes indígenas o nheengatu transformou-se na língua materna (L1). A maior parte dos dâws adultos e idosos também tem bom domínio do nheengatu, mas veiculam-no como segunda língua (L2).

7 <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-gabriel-da-cachoeira/panorama>; https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 02/04/2019.

8 As comunidades do povo Nadöb concentram-se no município vizinho, Santa Isabel do Rio Negro.

Algumas línguas étnicas já estão extintas ou beiram a extinção, caso dos idiomas baré, arapaso e miriti-tapuia. O antigo idioma dos barés, de filiação aruak, foi gradualmente substituído pelo nheengatu, enquanto os arapasos e miriti-tapuias tornaram-se falantes da língua tukano, idioma mais difundido na bacia do rio Uaupés. Outras línguas correm grande risco de extinção, já que possuem poucas dezenas de falantes, como as línguas werekena e tariana. Os werekenas adotaram o nheengatu e a maioria dos tarianas passou a falar a língua tukano.

Entre os idiomas indígenas que contam com maior número de falantes em SGC estão o nheengatu, o baniwa e o tukano (NBT), línguas que foram oficializadas no município pela Lei 145/2002, aprovada no dia 11 de dezembro de 2002⁹. Essas três línguas tornaram-se assim cooficiais, ao lado da língua portuguesa, que é oficial em todo o território nacional. A aprovação desta lei foi um marco na política linguística brasileira, já que pela primeira vez idiomas diferentes do português eram reconhecidos como línguas oficiais dentro do país. Seu exemplo foi muito importante para outros processos de cooficialização que passaram então a ser desenvolvidos e eventualmente aprovados em distintos municípios brasileiros. A partir de então, alguns municípios cooficializaram línguas indígenas e outros cooficializaram línguas de imigração, mas SGC, até o momento, é ainda o município brasileiro com o maior número de línguas oficiais.

Deve-se dizer, entretanto, que como consequência da lei de cooficialização (Lei 145/2002), todos os documentos e informes municipais deveriam ter versões escritas nas línguas indígenas cooficiais e as repartições públicas deveriam ter funcionários habilitados para atender aos cidadãos nesses idiomas, mas essas e outras prescrições pouco se impuseram na prática, até o momento. Enquanto isso, a crescente urbanização interfere decisivamente na tradicional diversidade linguística da região, pois parte considerável da população indígena do município, como podemos ver na tabela 1, já reside em sua sede urbana ou nos seus arredores, onde grande parte das crianças torna-se monolíngue em português. Se algumas línguas do município já não possuem falantes, como o baré e o arapaso, e outras, como o werekena e o tariano, estão em processo avançado de extinção, mesmo os idiomas com mais falantes, como os cooficiais, são afetados pela pressão da dominante língua portuguesa.

A perda das línguas indígenas pela população autóctone que deixa as terras indígenas, em geral deslocando-se para centros urbanos, não é algo particular a SGC. Segundo o censo do IBGE de 2010, 37,4% dos indígenas brasileiros de 5 anos ou mais de idade declararam falar uma língua indígena: dentro das terras indígenas, 57,3% e, fora delas, somente 12,7% ainda eram falantes (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2010, s/p).

Na área urbana de SGC, a população indígena somava 57,8%, em 2010 (tabela 1). Apesar de os indígenas serem maioria na cidade, é importante lembrar que essa porcentagem abrange pessoas de diferentes etnias e falantes de diversas línguas. Ademais, apesar da ausência de dados precisos, podemos afirmar que uma parcela dessa população indígena urbana não é falante fluente das línguas nativas. Entre as faixas etárias mais jovens que habitam a cidade, o grau de competência linguística nesses idiomas é variado. Muitos dos indígenas que nasceram em ambiente urbano, fora das terras indígenas, apenas compreendem a(s) língua(s) dos pais, mas não a(s) falam, há também uma parcela de jovens “urbanos” que é completamente monolíngue em português. Além disso, a grande maioria dos indígenas que habitam a sede urbana compreende e fala também a língua portuguesa, em diferentes níveis de competência linguística.

⁹ Após alguns anos, a Lei 145/2002 foi regulamentada pela Lei 210/2006. (SILVA, 2013, p. 15).

Dessa forma, na sede urbana de SGC, podemos dizer que a língua portuguesa é dominante. Ela é a língua com mais falantes residentes, a língua que permite a comunicação interétnica mais abrangente, a língua que domina a educação formal, os meios de comunicação midiáticos, os órgãos burocráticos, o comércio, a política etc. Ainda assim, as línguas indígenas desempenham na área urbana de SGC, um papel talvez sem paralelo entre as cidades brasileiras. Um número significativo de habitantes urbanos não tem a língua portuguesa como L1, assim as línguas indígenas são frequentemente empregadas em ambiente familiar, nas ruas (entre amigos e conhecidos), bem como em ambientes urbanos que congregam grande contingente de população indígena, como a feira municipal, os portos, as casas de apoio aos moradores de comunidades do interior¹⁰ e as feiras semanais promovidas por associações indígenas para a venda de produtos da roça. Quanto às comunidades indígenas do interior, cabe ressaltar que, sobretudo à montante da sede urbana, os idiomas indígenas prevalecem, porém nas comunidades mais próximas da cidade há uma gradativa penetração da língua portuguesa entre os mais jovens.

Além da população que reside na cidade, é importante dizer que na mesma há um fluxo constante de moradores do interior, os quais vêm comprar e vender mercadorias, resolver pendências burocráticas, receber valores referentes a salários, benefícios sociais ou aposentadorias, buscar atendimento médico etc. Diariamente partem e aportam embarcações com indígenas nos portos da cidade, o que torna ainda mais complexa a questão linguística da sede urbana, confluência de diversos povos e idiomas. Além dos indígenas que vêm regular ou esporadicamente à cidade para fins específicos e depois retornam a seus sítios ou comunidades, há também o êxodo de moradores das terras indígenas em direção à cidade, o que, aliado a diversos outros movimentos migratórios, altera a cada ano a conformação de sua população.

Nesse ambiente extremamente plural, as distintas línguas estão em permanente e estreito contato, agindo umas sobre as outras e refletindo diversas situações características às interações entre diferentes línguas/culturas: diálogo, trocas, dominação, prestígio etc. Num contexto com tal diversidade linguística, é natural que as traduções desempenhem um papel importante, seja como necessidade prática para a comunicação em situações cotidianas ou como ferramenta política de dominação ou de resistência.

Porém, como dito acima, apesar da cooficialização das línguas indígenas em SGC, ao visitante que chegasse à cidade em março de 2018, o centro urbano do município seria tido por uma cidade totalmente monolíngue. Alguns elementos comuns e esperados em cidades bi- ou multilíngues não eram ainda encontrados em SGC:

i) A sinalização de rua é exclusivamente em português. No aeroporto foi possível comprar um pano com os dizeres “Sejam bem vindos”, também em nheengatu “Puranga pesika”; tukano “A’tiati mu’sã”; e baniwa, “Matsia iokakawa”. Esses mesmos dizeres também estão escritos, nas línguas cooficiais, numa parede do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), num dos quiosques da praia e na parede de uma igreja evangélica na região central. Há também alguns comércios com nomes indígenas, como o comercial “Ne yara” (nheengatu: “o teu”), a loja de roupas e acessórios do exército “Surara” (nheengatu: “soldado”) e a loja de artesanatos da FOIRN, chamada “Wariró” (tukano e línguas aparentadas: nome de uma entidade). Excetuando-se, porém, exíguos e esporádicos exemplos, o visitante não é exposto às línguas cooficiais (NBT) em qualquer placa ou informe ao longo das ruas da cidade.

¹⁰ Interior do município, ou seja, as zonas não urbanizadas

ii) Não há nenhum tipo de serviço de interpretação em qualquer repartição pública, centro de saúde ou hospital.

iii) Seria muito interessante também haver um serviço de interpretação no Banco do Brasil, na casa lotérica e nos demais postos de recebimento de vencimentos e de valores referentes a programas sociais, como o Bolsa Família. Muitos dos indígenas recebem o Bolsa Família, e vêm para a cidade uma vez por mês para receber e gastar esse dinheiro. Sem as devidas explicações de como usar o cartão bancário, muitos acabam entregando o cartão para comerciantes inescrupulosos.

iv) Nas escolas primárias municipais Professor Tiago Montalvo e Dom Miguel Alagna há uma hora de aula de nheengatu por semana. Atualmente não há aulas de tukano ou baniwa. Os colégios estaduais, por sua vez, descartaram as línguas indígenas.

v) Na rádio municipal já houve, há cerca de dez anos, programação em línguas indígenas, mas posteriormente as línguas perderam espaço na programação. Hoje apenas o programa de saúde, que vai ao ar toda quarta-feira, é transmitido nas três línguas cooficiais (NBT). Eventualmente músicas cantadas nesses idiomas são tocadas também pela rádio, como as canções do grupo local Marupiara¹¹.

vi) Boa parte dos comerciantes em SGC são de fora da cidade, muitos do Nordeste do Brasil. Em geral, escuta-se as línguas indígenas nas margens da cidade: na feira municipal, nos subúrbios, nos portos, nas casas de apoio aos moradores de comunidades do interior e nas feiras semanais para a venda de produtos da roça.

Existem, entretanto, na região algumas atitudes proativas com relação à oficialização factual das línguas NBT, as quais merecem algum destaque, sobretudo no campo da educação. A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) oferece o curso “Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”¹², organizado em três turmas, uma para cada língua indígena cooficial (NBT). Este curso não é realizado no centro urbano do município, mas nas comunidades indígenas de Taracú (turma Tukano), Tunui (turma Baniwa) e Cucui (turma Nheengatu). O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) de São Gabriel da Cachoeira, por sua vez, criou o curso de “Licenciatura Intercultural Indígena”¹³, — este sim, oferecido nas proximidades do centro urbano do município — cujo projeto pedagógico informa que

na condução do curso, serão oportunizadas situações onde será possível o desenvolvimento de materiais didáticos, como livros, textos de apoio, que contemplem as diversas famílias lingüísticas presentes no Alto Rio Negro, respeitando-se a Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu (Lei 145 de 11 de dezembro de 2002) em São Gabriel da Cachoeira, [...] (INSTITUTO FEDERAL..., 2009 [aprovado em 2015], p. 26, sic).

Vale dizer também, que em 2018 o Centro de Línguas do IFAM-SGCA abriu edital para o “Curso de Aprimoramento Linguístico na língua indígena Nheengatu”, aberto para servidores do instituto e professores da rede pública. As iniciativas das instituições de ensino federal presentes no município de SGC evidenciam alguma preocupação com a implementação efetiva da lei municipal de cooficialização das línguas NBT. Esses esforços, isoladamente, não garantem que as línguas NBT galguem a condição de línguas “efetivamente cooficiais”, mas numa visão otimista poderíamos imaginá-las como possíveis catalisadores de outras iniciativas semelhantes.

11 Essa banda, liderada pelo compositor Ademar Garrido, tem um repertório autoral que inclui músicas com letras em nheengatu.

12 O curso foi criado pela Resolução nº 028/2007 – CONSUNI/UFAM, e o início das atividades das três primeiras turmas do curso foi em maio de 2010. (UNIVERSIDADE..., [acesso em 2019], s/p).

13 Seu Programa Pedagógico data de 2009 e foi aprovado em 2015.

BREVE HISTÓRICO DOS CONTATOS

Os séculos de contato da população indígena do Alto Rio Negro com a sociedade colonial e posteriormente brasileira acarretaram profundas mudanças em aspectos importantes de sua organização social e política, da ocupação de seus territórios e conseqüentemente da utilização de seus idiomas. O contato com os forasteiros trouxe à região línguas que não eram veiculadas pelas etnias ali presentes, — como a LGA (nheengatu), o português e o espanhol — influenciou na extinção de alguns idiomas e também na dispersão de outros. Algumas línguas indígenas foram, em certos períodos, adotadas pela ação catequética como instrumentos de conversão e unificação linguística, servindo, na lógica desses atores, como pontes necessárias para a conversão e civilização dos índios. A “civilização” completa, no entanto, se daria, no plano linguístico, apenas com a adoção da língua portuguesa, que era, em geral, o fim último da política linguística imbuída na aculturação dos nativos — pelo menos no que diz respeito à tônica das missões católicas, aliadas ao Estado. As configurações étnica e linguística atual de SGC passam, portanto, pelo complexo histórico das relações entre os povos locais e destes com agentes do mundo colonial e, posteriormente, nacional. Assim, correndo o risco de sermos óbvios, sublinhamos que a presença de tantas etnias e idiomas diversos no município — e na região — não deve ser interpretada como indício de uma simples continuidade com relação ao contexto pré-colonial dessas terras, mas como resultado de um importante histórico de contatos, influências e resistência dos povos locais frente a intervenções externas.

Desde o início do contato até, pelo menos, a década de 1980, os discursos colonial e nacional pautaram-se frequentemente pelo argumento civilizatório para lançar mão de empreendimentos de integração dos indígenas. A intenção ou pretexto de civilizar os índios é um argumento comum, que ocorreu frequentemente, ao longo deste longo período, entre dois eixos que, unidos ou não, dão a tônica das motivações de contato por parte dos “brancos”¹⁴: a exploração da mão de obra indígena (e eventualmente dos recursos naturais de suas terras) e a catequização dessas populações.

Alguns viajantes europeus passaram anteriormente pela região, mas a presença colonial tornou-se mais importante no Alto Rio Negro, a partir do século 18. Entre a década de 1730 e o início da década de 1750, as tropas de resgate e o tráfico particular feito por portugueses foram responsáveis pelo apresamento e escravização de milhares de indígenas do Alto Rio Negro (WRIGHT, 2005, pp. 30-51):

No final da década de 1740, Avogadri¹⁵ contou a Szentmartonyi¹⁶ que ele tinha batizado seis mil índios e que (presumivelmente ao longo de toda a década) cerca de vinte mil habitantes do Alto Rio Negro foram forçados a descer o rio (*apud* WRIGHT, 2005, pp. 50-1).

Essa violência colonial resultou em extermínio e fuga de populações indígenas, afetando a territorialidade dos povos da região e, portanto, as línguas faladas em algumas localidades¹⁷.

14 Utilizamos “brancos” com o sentido com que ainda é utilizado no rio Negro, ou seja, com referência ao conjunto dos “não indígenas”, independentemente de características fenotípicas como cor de pele.

15 O padre Jesuíta Achilles Maria Avogadri, que foi capelão de escravos e ficava instalado em Mariuá, o principal arraial de escravos no rio Negro nessa época (WRIGHT, 2005, p. 30).

16 O padre Jesuíta, Ignacio Szentmartonyi (1718-1793), nascido na Croácia. Ele foi um dos últimos jesuítas que estiveram no rio Negro (WRIGHT, 2005, p. 33).

17 Histórias orais narradas pelos povos Tukanoano (Desana, Tukano, Makuna) “afirmam, por exemplo, que o rio Tiquié era antigamente habitado por dois povos, os Waiera (ou Wa’yana) e os Koamona (Makuna), e que os ‘brancos’ os subjugaram, os carregaram rio abaixo ou os exterminaram, enquanto os sobreviventes fugiram para a região do Pirá-Paraná, atualmente parte do território colombiano. Por essa razão, o rio Tiquié ficou temporariamente inabitado, até que os Tukano vindos do Papury repovoaram a área” (Kumu e Kenhiri, *apud* WRIGHT, 2005, p. 49).

No começo da década de 1850, ou seja, aproximadamente um século depois do término oficial das tropas de resgate, já no Brasil imperial,

o recém-formado governo provincial em Manaus instituiu um programa para a “civilização e catequização” dos índios do Vale do Alto Rio Negro. O governo restabeleceu o Sistema de Diretórios de índios, aumentou o número de missionários e instituiu um programa de mão-de-obra para “serviço público”, em que se esperava que chefes reconhecidos pelo governo enviassem à Barra (Manaus) trabalhadores e crianças, a quem poderiam ser ensinadas as artes da “civilização” (WRIGHT, 2005, p. 111).

Como consequência e em resposta às atividades implementadas pela sociedade colonial no Alto Rio Negro, surgem a partir da mesma década de 1850 diversos movimentos proféticos na região encabeçados por indígenas que propunham formas de resistir à violência perpetrada pelos “civilizados”. Esses movimentos ocorreram por toda a região, ao longo de mais de 150 anos (WRIGHT, 2005, pp. 109-201).

Na década de 1870, tem início o *boom* da borracha, que adentraria o período republicano, perdurando até o início do século 20. O ciclo da borracha levou ao noroeste amazônico um regime extrativista, controlado por comerciantes chamados localmente de “patrões”, que através de barganhas — frequentemente injustas — ou do uso explícito de violência e terror, criavam condições para a exploração da mão de obra indígena (WRIGHT, 2005, p. 206). Esse sistema criou raízes na região, vigendo para além da falência do ciclo da borracha.

No âmbito missionário, outro evento de grande importância ocorreu em 1914, quando os religiosos salesianos receberam do Papa Pio X a prefeitura apostólica do rio Negro (WEIGEL, 2006, p. 2), com a incumbência de:

iniciar uma missão duradoura que viesse implantar firmemente o reino de Jesus Cristo naquella vasta região, reedificando um novo e sumptuoso monumento sobre as ruínas do passado (Soares d’Azevedo, *apud* WEIGEL, 2006, p. 3, sic).

A ação dos salesianos teve grande impacto na região:

Após duas décadas, os salesianos tinham erguido quatro centros missionários no Alto Rio Negro — São Gabriel, Taracua, Yauaretê e Barcelos — provocando o aumento do número de povoados, a construção de estradas e o envolvimento da população indígena nos trabalhos das missões. Ao todo, até o início da década de 50, foram instaladas sete grandes sedes de missão: São Gabriel (1915), Barcelos (1924) e Santa Izabel (1942), no rio Negro; Taracua (1924) e Yauaretê (1929), no rio Uaupés; Pari-Cachoeira (1938) no rio Tiquié, afluente do Uaupés; e Assunção (1953) no rio Içana (WEIGEL, 2006, p. 2, sic).

As missões salesianas contavam com internatos onde os jovens indígenas recebiam educação cristã e demais preceitos “civilizatórios”, incluindo o aprendizado da língua portuguesa. Os costumes tradicionais e as línguas indígenas, por outro lado, eram proibidos ou sofriam restrições de uso. No internato de Iauaretê, no rio Uaupés, por exemplo, “era obrigatório aprender o português e proibido as línguas nativas, com exceção do tukano para os novatos. As infrações eram punidas com castigos” (COSTA, 2011, p. 12).

Depoimentos de indígenas locais exemplificam os castigos recebidos por quem infringisse as prescrições linguísticas dos salesianos. Edilson Kadawawari Martins, 36 anos (em 2005), um líder do povo Baniwa que passou oito anos no internato, relata que

nossos pais podiam nos visitar uma vez por mês e, se não falássemos com eles em português, nós éramos punidos ficando sem almoço ou sendo colocados de castigo em um

canto. Na sala de aula era a mesma coisa: se você falava nheengatu, eles batiam nas palmas das suas mãos com uma palmatória de pau-brasil ou pediam para você ficar de joelhos, de frente para a classe, por 15 minutos (ROHTER, 2005, s/p, tradução nossa).

Segundo a professora Celina Menezes da Cruz, de 61 anos, indígena nativa de SGC, falante de nheengatu, na época em que estudou no internato dos salesianos em SGC, o aluno que fosse visto pelos padres ou freiras falando línguas indígenas perdia pontos em sua nota de comportamento. Ao fim de cada ano os alunos ganhavam fichas, em número proporcional à nota de comportamento, que podiam ser trocadas por mercadorias. Assim, quem falasse as línguas nativas teria acesso a menos mercadorias do que os outros colegas.

Os internatos funcionaram até a década de 1980, quando, em outro contexto sociopolítico mundial e frente a críticas por ações históricas de violenta aculturação¹⁸, a Igreja Católica assumiu o discurso da descolonização, redirecionando suas práticas missionárias (WEIGEL, 2006, p. 7).

Para entendermos o contexto atual, é imprescindível considerarmos também a entrada da fé protestante na região, o que implicou grandes transformações culturais aos povos locais, com consequências sociolinguísticas. A conversão de indígenas da região do Alto Rio Negro ao protestantismo iniciou-se pela ação da missionária norte-americana Sophie Muller. Ela iniciou seus trabalhos em terras colombianas, na década de 1940, e depois os estendeu ao território brasileiro, a partir de 1948, tendo atuado principalmente entre os baniwas e kuripakos da bacia do rio Içana. O êxito de seu trabalho deu-se, em grande medida, pelo conhecimento que adquiriu das línguas indígenas e seu método de conversão utilizou a alfabetização da população local e a tradução de textos religiosos para seus idiomas. Outros missionários protestantes chegaram à região nas décadas seguintes, expandindo o trabalho iniciado por Sophie Muller. Atualmente, são muitas as comunidades evangélicas em SGC.

Finalmente, para concluirmos este breve resumo, é interessante relatar que no período entre as décadas de 1980 e 1990 houve o aumento da penetração de “brancos” nas terras do Alto Rio Negro. Neste período, garimpeiros e empresas de mineração chegaram à região atraídos pelas descobertas de ouro em determinados locais, o que resultou em disputas de terras envolvendo esses agentes e as populações indígenas. Em paralelo a tais litígios, o governo nacional pretendia implementar na região o Projeto Calha Norte, um plano de “desenvolvimento” que, entre outras coisas, propunha uma demarcação de terras indígenas muito limitada e tendenciosa¹⁹. Neste contexto, em meio às lutas dos indígenas por uma demarcação de terras que eles considerassem mais justa, pelo direito de uso-fruto de tais terras e de sua autodeterminação, os povos indígenas locais fundaram a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), “que, por sua vez, estimulou a criação de uma série de associações locais nos meses seguintes” (WRIGHT, 2005, p. 294). A FOIRN foi atuante na luta pela demarcação de terras que vige atualmente na região. Além disso, entre outros projetos e reivindicações dos quais tomou parte, a federação participou ativamente dos esforços para a elaboração e aprovação da lei (Lei 145/2002) que cooficializou os idiomas nheengatu, baniwa e tukano (NBT) no município de SGC.

TRADUÇÃO E CRISTIANISMO

As traduções de textos religiosos, mais especificamente cristãos, conformam um capítulo à parte entre as línguas indígenas brasileiras. Feitos por pessoas ou instituições católicas e

18 “[...], representantes dos grupos Tukano (um dos dezenove povos da região) foram ao Tribunal de Rotterdam, em novembro de 1980, denunciar os métodos e as práticas salesianas em seus internatos, acusando-os de destruidores das culturas indígenas do Alto Rio Negro” (WEIGEL, 2006, p. 7).

19 “[...] a área disputada pelas mineradoras – Peguá, Serra do Caparro e Serra do Macaco – foi inteiramente excluída tanto das colônias indígenas como das florestas nacionais” (WRIGHT, 2005, p. 294).

protestantes, como material de apoio à conversão e doutrinação religiosa direcionada aos indígenas, tais traduções tiveram frequentemente papel importante na história desses idiomas e de seus povos. No caso de muitas línguas indígenas, traduções deste tipo foram as primeiras publicações escritas no idioma. Nos próximos parágrafos discorreremos brevemente sobre alguns dos primeiros trabalhos de tradução de cunho religioso envolvendo as três línguas (NBT) que foram cooficializadas em SGC, atentando para a importância desse expediente como estratégia de conversão, por parte das instituições, e da importância dos materiais traduzidos no que concerne à história social dos idiomas em questão.

Primeiro Bispo da Diocese do Amazonas, cargo que ocupou de 1893 a 1905, Dom Costa Aguiar compôs uma doutrina cristã bilingue em português e nheengatu, *Christu mubençaúa çurimaan-uára arama nhibingatu rupi - doutrina cristã destinada aos naturais do Amazonas em nhibingatu* (AGUIAR, 1898, sic), publicada em 1898 para servir como material de apoio nos trabalhos de conversão e catequese das populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia. O bispo entendia que o conhecimento da língua poderia facilitar os propósitos da igreja de incorporação da população amazônica marginal, visto que, em suas visitas pastorais, verificou “que famílias inteiras, e por vezes numerosos grupos dellas assim como de aborígenes mansos em vasta proporção só conhecem o nhingatu” (AGUIAR, 1898, p. 9, sic)²⁰.

O segundo Bispo do Amazonas, Dom Frederico Costa, também percebeu a relevância do nheengatu para a comunicação com a população indígena e ribeirinha de sua diocese, sobretudo do rio Negro. Ele aproveitou as viagens pelo curso deste rio, para travar contato com falantes e estudar a língua, o que lhe permitiu compor os *Elementos necessários para aprender o nheengatu* (COSTA, 1909). Além de breves explicações gramaticais sobre o idioma amazônico e um vocabulário nheengatu-português, português-nheengatu (COSTA, 1909, pp. 180-248), seu trabalho contém versões em língua geral de duas orações cristãs (COSTA, 1909, pp. 169-170), de um poema (COSTA, 1909, pp. 171-2), de duas breves narrativas religiosas – uma sobre a vida de São Cristóvão (COSTA, 1909, pp. 166-9) e outra sobre a vida de Jesus Cristo (COSTA, 1909, pp. 172-175) – e da lenda da cigarra e da formiga (COSTA, 1909, pp. 165-6). Traz, ainda, um manual em formato bilingue, nheengatu-português, que prescreve como se devem celebrar os casamentos na ausência de um padre (COSTA, 1909, pp. 176-9, sic): *Mahie ia-munhan quau mendariçaua ti ramé abiqué paby - modo de celebrar casamento na ausência do padre*.

O missionário salesiano Antônio Giaccone, que chegou à região do Alto Rio Negro em 1925, além de compor gramáticas e dicionários da língua tukano²¹ e de outros idiomas falados na bacia do rio Uaupés²², foi autor do *Pequeno catecismo em português e tukano para uso das missões salesianas do rio Uaupés* (GIACONE, 1951). Sobre a importância do idioma tukano ao longo da calha daquele rio, Giaccone escreveu que

todas as tribos desta região (Tariano, Dessano, Piratapúia, Uanano) entendem e falam a língua tucana, embora tenham o próprio idioma, porém, alguns destes são falados apenas pelos velhos, de maneira que com os anos, só ficará nesta região a língua tucana (GIACONE, 1965, p. 3, sic).

20 Composta de acordo com a fala dos que habitavam as margens do Solimões, Dom Aguiar aventava a necessidade de se “reformular muito do que ora imprimimos, quicá para a nossa própria Diocese, pois sabemos de muitas discrepâncias fonéticas, que ocorrem no Rio Negro” (AGUIAR, 1898, p. 12, sic).

21 GIACONE, Pe. Antonio. *Pequena gramática e dicionário da língua tucana*. Manaus: Papelaria Velho Lino, S.d.; GIACONE, Pe. Antonio. *Gramática, dicionários e fraseologia da língua dabceié ou tucano*. Belém: Universidade do Pará, 1965.

22 GIACONE, Pe. Antonio. *Pequena gramática e dicionário da língua “taliáseri ou tariana”*. Salvador: Escola Tipográfica Salesiana, 1962.; GIACONE, Pe. Antonio. *Pequena gramática e dicionário da língua kótiria ou uanano*. Belém: Imprensa Universitária, 1967.; GIACONE, Pe. Antonio. *Pequena gramática e dicionário da língua hubde-nhenbér ou macu*. 1955.

Devida a importância do idioma tukano na região, Giaccone via em seus trabalhos com essa língua instrumentos profícuos à tarefa civilizatória almejada por sua ordem religiosa:

O trabalho é para ajudar os nossos Irmãos Salesianos e irmãs de Maria Auxiliadora que continuarem a obra divina e patriótica da civilização destes silvícolas (GIACONE, 1965, p. 3).

Quanto à ação missionária evangélica, a tradução de textos para as línguas indígenas têm feito já há muitos anos parte de sua estratégia de conversão e doutrinação religiosa. Estando na região do Alto Rio Negro, a pioneira missionária protestante Sophie Muller, associada à *New Tribes Mission*, tratou de aprender os idiomas falados pelos povos que ela pretendia converter, como o baniwa, o kuripako e o nheengatu. Ela então alfabetizou indígenas e traduziu textos religiosos para suas línguas²³. Os métodos de Sophie Muller, calcados no domínio das línguas nativas, na alfabetização e na tradução de textos religiosos surtiram resultado, o que passou a preocupar os missionários católicos, como vemos no seguinte excerto das crônicas salesianas da missão de Assunção, no rio Içana:

Aparelhados com o conhecimento das línguas indígenas, desde Colômbia e Venezuela, os Protestantes, sobretudo a Americana Miss Sofia Muller, desdobraram grandes atividades, que degenerou em um verdadeiro fanatismo religioso. Traduzindo com certa rapidez os 4 Evangelhos e quase todas as Epístolas em língua indígena, ensinando aos mais habilitados a leitura, fazendo-se crer como uma enviada por Deus, conseguiu os melhores sucessos. Em todas as povoações, com pouquíssimas exceções, foram construídos templos de culto, e por longas horas de noite e de manhã, se reuniam todos os índios, cantando e lendo na própria língua (“Crônica da nova Missão Salesiana, de Assunção, Rio Içana, Fundada aos 8 de Fevereiro de 1951”, *apud* WRIGHT, 2005, p. 231, sic).

As traduções de textos cristãos de Sophie foram rapidamente espalhadas por comunidades do rio Içana e afluentes, trazendo muitas vezes a estas comunidades um vínculo inédito de seus habitantes com a língua escrita. O antropólogo Eduardo Galvão, em pesquisa de campo no rio Içana, na década de 1950, relata que:

Em todas as casas, encontramos os “livros”. Passagens dos evangelhos e orações impressas em um “duplicador”, traduzidas para o baniwa ou para o geral²⁴. Títulos em espanhol. Foram deixados por Sofia (Eduardo Galvão, *apud* WRIGHT, 2005, p. 203).

Os índios do Içana demonstraram entusiasmo com a alfabetização e a palavra impressa (WRIGHT, 2005, p. 247), e assim as traduções religiosas desempenharam importante papel na grande transformação que passou a ocorrer nas sociedades dos baniwas e kuripakos da bacia do rio Içana. Em sociedades tradicionalmente ágrafas, pautadas pela oralidade, o livro cavou seu espaço através da função religiosa:

Como as traduções do Novo Testamento foram melhoradas e a alfabetização surtiu efeito, as Bíblias vinham simbolizar o conhecimento recentemente adquirido, uma espécie de chave para a reprodução do novo mundo que os crentes procuravam criar. O “Livro” tornou-se onipresente nas aldeias crentes: uma vez que, antes, os anciãos eram vistos como mestres de um conhecimento esotérico que reproduzia a sociedade através de cantos de iniciação, ali emergia uma contrapartida nos pastores idosos, que, dizem, sempre carregavam por ali uma ou mais “grandes Bíblias” sob os braços (WRIGHT, 2005, p. 264).

23 Em missões de conversão, que geralmente passam por ataques a diversos aspectos culturais dos povos doutrinados, os protestantes parecem oferecer uma concessão aos idiomas nativos: “no contexto de sua missão, Sophie via os Baniwa nas garras de Satã, ‘rodeados pelos demônios’, ‘encaixados na bruxaria e com medo’, responsabilidade que ela atribuía à cultura deles. Sua tarefa era libertá-los, ou seja, destruir sua cultura (o que ela admitiu abertamente; ver Stoll 1982, p. 170)” (WRIGHT, 2005, p. 248, sic).

24 Língua geral amazônica (LGA) ou nheengatu

Atualmente, as três línguas indígenas cooficiais em SGC já possuem versões do Novo Testamento, além de outras publicações religiosas, como livros de cânticos de louvor²⁵. Grande parte dos investimentos em traduções e publicações de livros em línguas indígenas brasileiras é ainda iniciativa de organizações missionárias cristãs, hoje principalmente protestantes. Essa é uma realidade que extrapola as fronteiras de SGC: em outubro de 2005, havia no Brasil duas Bíblias completas e 32 Novos Testamentos traduzidos para diferentes idiomas autóctones, além de outros 52 projetos de tradução bíblica em andamento para línguas indígenas (SILVA, 2005). Em muitos desses idiomas, a Bíblia, ou o Novo Testamento, figura como a mais importante obra escrita, desempenhando papel de destaque na consolidação da variante escrita do idioma.

O Novo Testamento em língua baniwa, concluído em 1965, foi o primeiro em língua indígena traduzido no Brasil (SILVA, 2005). A tradução em nheengatu, publicada 1973, também está entre as primeiras realizadas no país e, contando com apenas oito anos de trabalhos tradutórios, é o Novo Testamento em língua indígena de produção mais rápida no Brasil. Com base nas traduções concluídas até 2005, a média calculada para este tipo de trabalho é de 26,5 anos (SILVA, 2005).

Nos últimos anos, a gravação de arquivos de áudio e a utilização de recursos tecnológicos de multimídia, bem como a divulgação e disponibilização de recursos pela internet têm feito parte das estratégias missionárias de organizações protestantes. O site e aplicativo *Bible.is*, por exemplo, da organização internacional *Faith Comes By Hearing*²⁶, sediada nos Estados Unidos, disponibiliza o Novo Testamento em língua tukano, em texto²⁷ e áudio, para as versões dialetais do Brasil e da Colômbia.

Atualmente, com o avanço dos trabalhos missionários, são muitos os pastores indígenas que pregam em SGC. Quanto à igreja católica, que conta hoje com clero mais reduzido na região, também há padres nativos. Recentemente, em 17 de março de 2018, houve a ordenação do primeiro padre da etnia Baniwa, pe. Geraldo Trindade Montenegro — conhecido também, conforme a tradição local de identificação pelo nome da etnia, por pe. Geraldo Baniwa. Essa ordenação foi feita por dom Edson Damian, bispo da diocese de São Gabriel da Cachoeira (REDAÇÃO..., 2018, s/p.).

A CADEIRA DE NHEENGATU DA USP E A TRADUÇÃO LITERÁRIA

Em 2007 surgiu na Universidade de São Paulo a primeira cadeira universitária de nheengatu no Brasil, criada pelo professor Eduardo de Almeida Navarro. No programa de pós-graduação em Estudos da Tradução da USP²⁸ (TRADUSP), o nheengatu foi incluído em 2012²⁹. Traduções literárias vêm sendo feitas por pós-graduandos com o fito de obter titulação acadêmica. Cada tradutor segue escolhas distintas e há certa liberdade na seleção da obra a ser traduzida e na escolha do modo de traduzir. Até o momento duas traduções foram concluídas no programa TRADUSP: “título” (AUTOR 1, 2016), e *O pequeno príncipe* (TREVISAN, 2017)³⁰. O corpus reduzido dificulta a observação acurada de tendências gerais, mas duas características que ambas as traduções seguiram e que cremos serem mais gerais dentro do programa são as seguintes: o escopo geral de fortalecimento do idioma alvo (o nheengatu) e pesquisas lexicais em fontes atuais e históricas, para o resgate nas traduções de termos que vêm caindo em desuso. As duas traduções já concluídas possuem em

25 Por exemplo, o livro de cânticos em nheengatu *Nyengarisawa yamee purangawaa Deus supe arama – Cânticos de Louvor a Deus em Nyengatu* (MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL, 2016).

26 Em seu site (www.faithcomesbyhearing.com), a organização diz possuir gravações bíblicas em 1227 idiomas.

27 Os textos são atribuídos à organização *Wycliffe Bible Translators*.

28 Universidade de São Paulo

29 É interessante mencionar que pelas regras vigentes no TRADUSP, com a inclusão do nheengatu entre as línguas do programa, é possível que pós-graduandos façam a defesa de dissertações de mestrado e teses de doutorado em nheengatu.

30 As traduções ainda não foram publicadas.

comum outro aspecto que talvez indique uma tendência: a escolha de se traduzir obras infanto-juvenis. Tratemos então, brevemente, de cada uma dessas características comuns.

As traduções visam, através da ampliação dos contextos de uso do nheengatu, o fortalecimento desse idioma. O escopo mais amplo e geral dessas traduções não é o de facilitar o acesso de seus falantes a obras literárias específicas, já que o pouco costume em lidar com a variante escrita do nheengatu faz com que os próprios falantes do idioma tenham, frequentemente, menos dificuldade de ler e escrever em português do que em sua língua materna. Há falantes do nheengatu que não dominam a língua portuguesa, a maioria idosos, mas entre aqueles que foram alfabetizados o português torna-se dominante no universo escrito. Podemos citar como exemplo disso o depoimento de falantes de nheengatu que participaram da elaboração de uma coletânea de narrativas bilíngue:

O processo de escrita das histórias por nós educadores foi um desafio, principalmente na língua nheengatu. Em português nós já estamos mais acostumados. O próprio narrador usava muitos empréstimos do português. A tradução de algumas palavras, do português para o nheengatu, é muito difícil e envolveu pesquisa, um colega perguntando para o outro e debatendo (BITENCOURT et al., 2015, p. 14).

As faltas de padrão ortográfico, de consciência gramatical do idioma e de costume em lidar com a variante escrita da língua fazem com que ler e escrever em nheengatu sejam ainda tarefas desafiadoras a muitos de seus falantes nativos. Portanto, essas traduções não cumprem exatamente a função de facilitar o acesso do texto a seus falantes, mas, sim, a de colaborar no desenvolvimento de uma variante escrita do idioma, contribuindo dessa forma com o fortalecimento da língua. Assim, o objetivo principal desses projetos tradutórios, o fortalecimento da língua, não depende exclusivamente das traduções: estas são, sim, importantes vias que podem ter êxito quando atuando em paralelo com outras ações. Nota-se, portanto, o papel utilitário da tradução segundo a ética tradutória³¹ que se estabelece nesses projetos: o ato tradutório é um dos possíveis “meios” para se atingir um “fim”, ou seja, o objetivo último relaciona-se de forma um tanto indireta com a tradução, já que ele pode ser atingido, eventualmente, por outros caminhos.

Não abandonando o pano de fundo dado pelo escopo geral desses projetos tradutórios, passemos agora para uma questão que se relaciona mais diretamente com os processos de tradução e com as escolhas implicadas em tal processo. O contato do nheengatu com a dominante língua portuguesa provoca “erosões” gramaticais e, sobretudo, semânticas no idioma amazônico, como é comum no contato entre idiomas/culturas com prestígio e poder tão distintos. As traduções foram feitas com pesquisas lexicais que intencionam a valorização do vocabulário tradicional do idioma, resgatando termos que têm caído em desuso, enquanto, em geral, são substituídos por léxicos emprestados da língua portuguesa. De forma geral, houve uma preocupação em se estudar e selecionar cuidadosamente o léxico a ser utilizado na língua-alvo, visando sempre o fortalecimento linguístico do idioma, ou seja, a manutenção de um vocabulário diversificado, capaz de prover composições satisfatórias numa emergente variante escrita. Ao mesmo tempo, a compreensão da tradução pelos falantes atuais do idioma também esteve sempre em mente durante a seleção vocabular, portanto, os diferentes e, às vezes, antagônicos objetivos resultaram em heterogêneas escolhas tradutórias. Em alguns casos, optou-se pela retomada de termos em desuso, lembrados apenas

31 Tendo como base os quatro modelos éticos da tradução propostos por Andrew Chesterman (2001) - *ethics of servisse, norm-based ethics, ethics of representation* e *ethics of communication* - o que melhor representa o encaminhamento ético desses trabalhos é o que ele nomeia “*ethics of representation*” (CHESTERMAN, 2001, p. 140), segundo o qual “*the goal of cross-cultural communication is the mutual benefit deriving from cooperation, and the ethical goal of translation is to further intercultural cooperation between parties who are “Other” to each other. An ethical translator therefore translates in such a way as to optimize this cooperation*” (Pym, *apud* CHESTERMAN, 2001, p. 141). O próprio Chesterman (2001, p. 143) explicita o caráter utilitário desse modelo de ética.

pelos falantes mais idosos ou já completamente esquecidos por todos os que falam o nheengatu na região do Alto Rio Negro³².

Com o processo de popularização da escrita nos idiomas indígenas, que apenas se inicia, vemos que, entre muitos falantes, a seleção mais criteriosa do vocabulário dos textos – típica da elaboração escrita – também converge para a busca de termos tradicionalmente ligados a essas línguas, buscando-se mais autonomia com relação aos empréstimos do português. Podemos exemplificar essa situação com o testemunho contido na apresentação do trabalho *Escola Kariamã conta umbuesá* (BITENCOURT et al., 2015), que reúne a reelaboração escrita de narrativas orais em nheengatu, com suas traduções para a língua portuguesa, feitas por educadores da comunidade de Assunção do Içana, localizada às margens desse importante afluente do rio Negro. Eles afirmam que, no processo de recriação escrita das lendas narradas em nheengatu, “quando o narrador falava palavras em português, rapidamente transformávamos a palavra para uma correspondente na língua” (BITENCOURT et al., 2015, p. 14).

O desenvolvimento de uma literatura em nheengatu pode fomentar estudos sobre o idioma, permitindo que muitos termos atualmente em desuso sejam reincorporados ao vocabulário de seus falantes. A pressão da língua portuguesa é tão forte que tanto as palavras referentes a conceitos ou objetos alheios ao contexto amazônico têm sido tomadas como empréstimos do português por falantes do nheengatu quanto vocábulos que nomeiam o que está tradicionalmente circunscrito ao universo cotidiano das populações indígenas e ribeirinhas daquela região. Com isso, seus respectivos nomes em nheengatu são esquecidos por muitos: “Muitas palavras não são mais usadas e, quando escrevemos coletivamente, aprendemos juntos muitos termos que alguns não conheciam na própria língua que falamos, por exemplo, *iwikuum* (areia/praias) ou *ipawa* (lago)” (BITENCOURT et al., 2015, p. 14).

Quanto às escolhas dos textos traduzidos, é importante ter em mente que em SGC a população local, em geral, não possui hábito de leitura. Além disso, não há livrarias na cidade, as bibliotecas são poucas e pequenas e o baixo poder aquisitivo de grande parte da população inviabiliza ou dificulta a compra de livros. Os livros e a leitura estão associados sobretudo à prática religiosa ou escolar. Assim, quanto a traduções literárias, a tradução de literatura infanto-juvenil talvez tenha a vantagem de, pela prática escolar, possuir um espaço mais encaminhado para sua chegada ao público-alvo. As publicações são muitas vezes financiadas com subsídios de editais públicos ou organizações sem fins lucrativos³³.

Além dos projetos de tradução desenvolvidos dentro do programa de pós-graduação (TRADUSP), os alunos de graduação da USP que cursam a disciplina Tupi IV (Nheengatu) estudam o nheengatu e são estimulados a verter histórias escritas em outras línguas para este idioma. Em 2017, uma coletânea de 37 histórias, traduzidas por diferentes alunos da disciplina, foi publicada em formato bilíngue: português/nheengatu (AUTOR 1, 2017).

32 A LGA possui, entre dicionários, narrativas e demais textos, relevante conjunto de obras escritas, se comparada com outras línguas ameríndias. Consultas a esses materiais, aliadas a pesquisas junto aos falantes mais experientes do idioma, podem levantar muitos vocábulos que têm caído em desuso. Essas palavras vêm sendo, muitas vezes, substituídas por empréstimos do português ou, então, têm seus significados abarcados por outros termos que sofrem, assim, uma expansão semântica. As traduções para o nheengatu, se aliadas a pesquisas lexicais, podem contribuir para um enriquecimento do vocabulário do idioma, o que seria propício para o desenvolvimento de uma variante escrita e literária da LGA.

33 Como exemplo, podemos citar o livro *Yasu yalery yané benbeusa* (Vamos ler nossa história, em tradução ao português) (COMUNIDADE..., 2007), escrito em nheengatu por moradores da comunidade indígena de Anamuim, localizada no rio Xié, um afluente do rio Negro. Ele foi publicado em Minas Gerais, em 2007, com o apoio da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com subsídios da Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (CAPEMA).

Tanto a motivação de fortalecimento linguístico como a pesquisa e resgate lexical, comentadas acima acerca das traduções no âmbito do TRADUSP, fizeram também parte, de forma geral, das traduções contidas nessa coletânea. O livro foi publicado pelo Centro Angel Rama³⁴, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e grande parte de seus exemplares foi levada a SGC, onde os livros devem ser distribuídos aos interessados, através do prestativo auxílio da Diocese local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As línguas NBT, hoje cooficiais em SGC, têm um complexo histórico de contatos entre si, com outras línguas indígenas e com a língua portuguesa (além da espanhola). No contato com o mundo colonial ou nacional, as línguas NBT foram utilizadas em situações de resistência indígena, como nos movimentos proféticos, mas também — depois de aprendidas e sistematizadas pelos “brancos” — como instrumentos de conversão religiosa e aculturação dos povos locais. No decorrer desse processo, essas línguas também tomaram parte, em alguma medida, na aculturação dos “brancos”, que em diferentes momentos aportaram naquelas terras e necessitaram aprender tais idiomas, ou ao menos seus rudimentos, para suprirem suas necessidades comunicacionais e estratégicas na região.

A despeito da importância regional, que acabou por lhes garantir espaço junto às estratégias missionárias, as línguas NBT — assim como as demais línguas indígenas da região — foram, ao longo dos anos de contato, relegadas a um plano simbólico bem inferior ao da língua portuguesa. O contato entre indígenas e não-indígenas, que incluiu a chegada de instituições estatais, religiosas e comerciais ao Alto Rio Negro, gerou e fomentou na população o atrelamento entre o indígena e sua cultura com o “atraso”, a “ignorância”, a “ineficácia” etc.. Em conversas com a população indígena de SGC, é frequente a menção à vergonha que muitos sentiam — e que alguns ainda sentem — de falar as suas línguas, sobretudo na presença de “brancos”. Essa situação vem se alterando nas últimas décadas, à medida que as culturas indígenas ganham mais voz e são tratadas com outra abordagem, mais respeitosa, ao menos em alguns âmbitos — como dentro das instituições de ensino.

A indígena baré Patrocínia Fernandes Lizardo, de 55 anos, natural da comunidade da Ilha do Açaí, lembra que na sua infância, ao chegarem “brancos” à comunidade, todos imediatamente paravam de falar o nheengatu. Quem utilizasse o nheengatu na frente dos “brancos” era repreendido pelos próprios habitantes da comunidade, pois isso lhes causava vergonha. Alguns deles não tinham domínio da língua portuguesa, e a estes restava, em tais situações, apenas o silêncio. Hoje Patrocínia, como muitos indígenas de SGC, tem orgulho de falar sua língua materna.

Tendo em vista todo o histórico de silenciamento dos idiomas indígenas no Alto Rio Negro, a cooficialização das línguas NBT tem grande peso simbólico, com consequências inegáveis para a autoestima de seus falantes. Isso posto, a implementação efetiva da lei de cooficialização desses idiomas, em grande medida, ainda não ocorreu. A maioria dos contextos de uso tradicionalmente fechados às línguas indígenas brasileiras — como as sedes de órgãos públicos, as agências bancárias, os hospitais ou os meios de comunicação de massa — continuam refratários aos idiomas NBT no município. O avanço da prática escrita nesses idiomas pode ser um caminho para que eles penetrem

34 O Centro Angel Rama, em parceria com a cadeira de nheengatu da FFLCH-USP, também ofereceu, em 2014 e 2016, cursos de extensão de Língua Geral da Amazônia (Tupi Moderno ou Nheengatu), no prédio de letras da FFLCH-USP, com inscrições gratuitas e abertas a todos os interessados.

nos contextos e meios ainda pouco tangidos pelas línguas indígenas. As populações locais têm ciência disso e alguns esforços têm sido dispendidos nessa tarefa.

Enquanto as práticas de escrita e leitura nessas línguas não se consolidam, — ainda há muitas discussões até mesmo sobre as grafias que devem ser oficializadas — avanços consideráveis poderiam ser feitos no campo da interpretação e das mídias áudio-visuais, para o qual as carências de serviços na cidade, passados quase vinte anos da cooficialização dos idiomas, não se justificam e têm consequências na vida diária dos indígenas. Pessoas que não dominam a língua portuguesa sentem-se inibidos de procurar auxílio médico ou de resolver pendências burocráticas na cidade. Informações sobre questões de saúde e sobre o correto manejo de dejetos tóxicos também não chegam adequadamente a essa população: em 2014, uma senhora que não dominava a língua portuguesa, — Dona Izaura, da comunidade do Cabari — comentou (em nheengatu): “dizem que o líquido que sai das pilhas é um ótimo remédio para a picada de cobras”. Posteriormente confirmamos que outras pessoas também tinham essa crença. As pilhas chegam aos rincões do Brasil, mas as informações a seu respeito não chegam concomitantemente. O mesmo pode ser dito com relação a outros produtos e instituições, que, sem o acompanhamento do devido trabalho de comunicação, podem ser inócuos ou prejudiciais às populações locais. Portanto, para além do plano simbólico, a lei de cooficialização das línguas NBT tem diversas e importantes dimensões objetivas a cumprir, e o avanço das correspondentes medidas, que possibilitariam a efetivação prática da lei, vem sendo bastante vagaroso.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Costa. **Doutrina cristã destinada aos naturaes do amazonas em nhihingatu (com tradução portuguesa em face)**. Petrópolis: Pap. e Tip. PACHECO, SILVA & C. 1898. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00166400#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- AUTOR 1. 2016.
- AUTOR 1. 2017.
- BITENCOURT, Alzira Castro et al. Escola Kariamã conta umbuesá. In: **LEETRA Indígena**. São Paulo, n. 17, v. 1, Edição Especial, 2015.
- CHESTERMAN, Andrew. Proposal for a hieronymic oath. In: **The translator**. Manchester, v. 7, n. 2, pp. 139-154, 2001. Disponível em: <<http://www.docfoc.com/week-7-translation-ethics>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- COMUNIDADE INDÍGENA ANAMUIM, et al. (Org.). **Yasu yaleri yané beubeusa**. Colaboradores: Departamento de Educação Escolar Indígena/SEMED – São Gabriel da Cachoeira, et al. Belo Horizonte: FALE/UFMG; SECAD/MEC, 2007.
- COSTA, Frederico. Elementos necessários para aprender o nheengatu. In: COSTA, Frederico. **Carta pastoral de D. Frederico Costa, Bispo do Amazonas a seus amados diocesanos**. Ceará: Typ. Minerva, 1909, pp. 157-248.
- COSTA, Mauro Gomes da. Os povos indígenas do Alto Rio Negro/AM e as missões civilizatórias salesianas: evangelização e civilização. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308008831_ARQUIVO_TEXTOrevisadoANPUH2011.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- GIACONE, Pe. Antonio. **Gramática, dicionários e fraseologia da língua dahceié ou tucano**. Belém: Universidade do Pará, 1965.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010 - Características gerais dos indígenas - Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=795>>. Acesso em 15 fev. 2019.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM. **Curso Superior Licenciatura Intercultural Indígena - Aprovado pela Resolução nº 89-CONSUP/**

IFAM, de 23.12.2015. Manaus: IFAM, 2009 [aprovado em 2015]. Disponível em < file:///C:/Users/Marcel%20T.%20%C3%81vila/Downloads/2015-Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2089-%20Anexo%20PPC%20de%20Licenciatura%20Intercultural%20IND%C3%8DGENA%20-%20CSGC.pdf > Acesso em 02 abr. 2019.

MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL. **Nyengarisa yamee purangawaa Deus supe arama - Cânticos de Louvor a Deus em Nyengatu**, 2016.

REDAÇÃO DA ALETEIA. **Ordenado o primeiro padre da história da tribo indígena brasileira baniwa**. 21, mar. 2018. Disponível em: <<https://pt.aleteia.org/2018/03/21/ordenado-o-primeiro-padre-da-historia-da-tribo-indigena-brasileira-baniwa/>>. Acesso em 2 abr. 2019.

ROHTER, Larry. Language Born of Colonialism Thrives Again in Amazon. In: **The New York Times**, 28 agost. 2005. Nova York: The New York Times Company, 2005. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2005/08/28/world/americas/language-born-of-colonialism-thrives-again-in-amazon.html>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SILVA, Cácio. **Tradução da Bíblia para línguas indígenas do Brasil**. [S.l.]: out. 2005. Disponível em: <http://instituto.antropos.com.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=490&catid=35&Itemid=3>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SILVA, Fabiana Sarges da. **A lei de cooficialização das línguas tukano, nheengatu e baniwa em São Gabriel da Cachoeira: questões sobre política linguística em contexto multilíngue**. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZÔNAS - UFAM. Licenciatura Indígena - Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável. **Criação do Curso**. Disponível em: < <http://www.licenciaturaindigena.ufam.edu.br/historico/criacao-do-curso>>. Acesso em 2 abr. 2019.

TREVISAN, Rodrigo Godinho. **Tradução comentada da obra “Le Petit Prince”, de Antoine de Saint-Exupéry, do francês ao nheengatu**. 2017. 228f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

WEIGEL, Valéria Augusta. Igreja e indígenas do Alto Rio Negro: do internato à escola bilíngue. In: **Dialógica**, vol.1, n. 1, 2006. Manaus: Faculdade de Educação - FACED/UFAM, 2006. Disponível em: <http://cefort.ufam.edu.br/dialogica/index.php?option=com_content&view=article&id=160&Itemid=131>. Acesso em: 15 fev. 2019.

WRIGHT, Robin M.. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2005.

DATA SUBMISSÃO 04-04-2019
DATA APROVAÇÃO 15-05-2019